

Desafios para preservar Brasília

Da redação

A lista de problemas é extensa: feiras em locais impróprios, invasão de comércio em área verde, fechamento de passagem de pedestres, construção do sétimo pavimento em prédios residenciais e poluição visual que já se incorporou à paisagem da cidade. As ameaças à área tombada são os principais desafios que o Conselho de Gestão da Área de Preservação de Brasília empessado ontem enfrentará.

“Com tanto painel e outdoor,

Brasília está virando Las Vegas (*Estados Unidos*). Parece que a cidade está em liquidação”, critica o arquiteto Cláudio Queiroz, superintendente regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Ele reconhece que a poluição visual é um dos muitos problemas que ameaçam o título de patrimônio mundial, concedido pela Unesco.

A posse do conselho marca não só uma nova gestão, mas uma mudança em suas diretrizes. Seu regimento foi modificado no ano passado e ele passou a ter novas

atribuições. Antes, funcionava como um conselho meramente consultivo. Agora tem poder de veto a atos que agridem o tombamento. O conselho também ganhou nova composição. Entidades ligadas a questões de urbanismo e preservação também passaram a integrar o Conprev. Participam dele representantes do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea), o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e o próprio Iphan, além de sindicatos, acadêmicos, moradores da cidade e secretários de governo do DF

“Teremos a oportunidade de votar a favor ou contra”, disse Cláudio Queiroz. “É importante participar da preservação de Brasília”, ressaltou o presidente do IAB-DF, Sérgio Brandão. O pioneiro Ernesto Silva, que integrou os outros dois conselhos, disse estar satisfeito com as mudanças. “Nossas decisões não eram acatadas. Agora temos poderes.” A primeira reunião do conselho para definir suas ações tem data marcada e acontece no próximo dia 27 de março.

As ameaças ao sítio de Brasília

e as medidas adotadas para contê-las serão ainda relatadas pelo Iphan ao Centro do Patrimônio Mundial. A entidade é o braço da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) na preservação do patrimônio mundial. Dois técnicos estiveram na cidade em novembro de 2001 e apontaram problemas que teriam que ser sanados. O relatório será enviado pelo Ministério das Relações Exteriores brasileiro ao Centro do Patrimônio, em Paris (França), até 24 de março.

AMEAÇAS AO TOMBAMENTO

DIRETRIZES

■ *Será preciso a elaboração de planos diretores locais que definirão as regras para evitar as agressões ao tombamento, como a criação de um cinturão de proteção em torno da área tombada. Será preciso coibir novas construções na orla do Lago Paranoá, por exemplo, obedecendo às escalas determinadas no plano original de Brasília.*

CAMELÔS

■ *Há barracas em toda a área tombada. Feirantes e ambulantes ocupam locais proibidos como a Esplanada dos Ministérios. A eterna quebrã-de-braço com os camelôs — retira-se hoje, eles voltam amanhã — parece estar longe de ser resolvida.*

PUBLICIDADE

■ *O horizonte de Brasília está sumindo e dando lugar a painéis, placas luminosas, letreiros, outdoors e faixas. A regulamentação do plano diretor de publicidade pode ajudar a reduzir a poluição visual na cidade.*

SÉTIMO PAVIMENTO

■ *Virou moda na Asa Norte construir o sétimo andar em prédios residenciais para uso comum dos moradores, com churrasqueiras e salão de festas e sala de ginástica. A Lei Distrital 2.325/99, que autorizou a construção, fere o projeto original de Lúcio Costa. Uma liminar na Justiça proibiu novas construções desse tipo.*

PILOTIS

■ *O plano original de uma cidade livre, sem impedimentos, está ameaçado. Espaços entre pilotis de blocos, que deveriam dar livre acesso ao público, estão sendo cercados. Outros se transformaram em estacionamento para resolver o problema da falta de vagas.*

INVASÕES

■ *Os conhecidos “puxadinhos” já se incorporaram à paisagem das quadras comerciais da Asa Norte e Asa Sul. Bares, restaurantes e boates tomaram as calçadas e áreas verdes e o barulho incomoda moradores. Há diversas ações na Justiça na tentativa de derrubar as invasões.*